AVISO AO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 8ª (OITAVA) SÉRIE DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DA

ÁPICE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 22.276 - CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00
Avenida Santo Amaro, nº 48, Itaim Bibi, CEP 04506-000, São Paulo - SP

LASTREADO EM DEBÊNTURES EMITIDAS PELA

M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Companhia Aberta - CVM nº 20.338 - CNPJ/MF nº 07.206.816/0001-15
Rodovia BR 116, Km 18, s/nº, Bairro Jabuti, CEP 61760-000, Eusébio - CE

NO VALOR TOTAL DE, INICIALMENTE,

R$ 600.000.000,00
(seiscentos milhões de reais)

CÓDIGO ISIN DOS CRA: BRAPCSCRA0A1

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DE RISCO DA EMISSÃO DOS CRA FEITA PELA FITCH RATINGS BRASIL LTDA.: "AAA(exp)sf(bra)"

Acesse o Prospecto Preliminar da Oferta

A **ÁPICE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora de direitos creditórios do agronegócio, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, localizada na Avenida Santo Amaro, nº 48, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.130.744/0001-00, com estatuto social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE 35.300.444.957, e inscrita na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 22.276 ("**Emissora**" ou "**Securitizadora**"), em conjunto com o **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, na qualidade de instituição intermediária líder ("**Coordenador Líder**"), comunicam, nos termos do artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme em vigor ("**Instrução CVM 400**"), que foi requerido perante a CVM, em 1º de fevereiro de 2018, o registro da distribuição pública de, inicialmente, 600.000 (seiscentos mil) certificados de recebíveis do agronegócio da 8ª (oitava) série da 1ª (primeira) emissão da Emissora ("**CRA**"), todos escriturais, com valor nominal unitário, na data de sua emissão, qual seja 22 de março de 2018 ("**Data de Emissão**") de R$1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"), perfazendo o montante de, inicialmente, R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) ("**Emissão**"), podendo tal montante ser acrescido, total ou parcialmente, pela **M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS**, sociedade por ações com registro de capital aberto perante a CVM sob o código CVM nº 20.338, com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116, Km 18, s/nº, Bairro Jabuti, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.206.816/0001-15 ("**Devedora**"), após consulta e concordância da Emissora e do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) dos CRA inicialmente ofertados e, adicionalmente, em até 15% (quinze por cento) do acordo com a demanda verificada pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), em decorrência, respectivamente, da Opção de Lote Adicional e da Opção de Lote Suplementar (abaixo definidas), nos termos dos artigos 14, parágrafo 2º, e 24 da Instrução CVM 400, respectivamente, a ser realizada em conformidade com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme em vigor ("**Lei 11.076**"), a Instrução CVM 400 e a Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme em vigor ("**Instrução CVM 414**" e "**Oferta**", respectivamente) sendo os CRA lastreados em direitos creditórios do agronegócio representados por, inicialmente, 600.000 (seiscentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), na data de emissão das debêntures, qual seja 22 de março de 2018, totalizando, inicialmente, R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) ("**Debêntures**"), da 2ª (segunda) emissão da Devedora, as quais serão colocadas de forma privada junto à **ARES SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 1º andar, conjunto 12, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.906.382/0001-82 ("**Debenturista Inicial**"), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos*" celebrado em 22 de março de 2018, entre a Devedora e a Debenturista Inicial, e, na qualidade de interveniente anuente, a Emissora("**Escritura de Emissão**" e "**Direitos Creditórios do Agronegócio**", respectivamente). A Debenturista Inicial cederá e transferirá à Emissora as Debêntures e os Direitos Creditórios do Agronegócio por meio do "*Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Debêntures e de Direitos Creditórios do Agronegócio e Outras Avenças*" a ser celebrado entre a Debenturista Inicial, a Emissora e a Devedora ("**Contrato de Cessão**"). Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Aviso ao Mercado, que não estejam aqui definidos, terão o significado a eles atribuído no prospecto preliminar da Oferta ("**Prospecto Preliminar**") ou no Termo de Securitização (conforme abaixo definido).

1. DELIBERAÇÕES SOBRE A EMISSÃO E TERMO DE SECURITIZAÇÃO

1.1. Aprovações Societárias da Emissão: 1.1.1. A Emissora está autorizada a realizar, nos termos do seu estatuto social, e da legislação aplicável, a presente Emissão e Oferta. Ademais, a presente Emissão e a Oferta de CRA foi aprovada **(i)** de forma genérica por sua Diretoria, conforme Ata de Reunião da Diretoria da Emissora, realizada em 31 de julho de 2017, registrada na JUCESP sob o nº 377.751/17-0 em 18 de agosto de 2017 e publicada no jornal "DCI" e no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") em 6 de setembro de 2017, por meio da qual foi autorizado o aumento do limite da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Emissora para R$20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), sendo que, até a presente data, a 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, no valor de R$3.422.500.000,00 (três bilhões, quatrocentos e vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), inclusive já considerando os referidos CRA, não atingiu este limite; e **(ii)** de forma específica pela diretoria da Securitizadora, conforme Ata de Reunião de Diretoria da Securitizadora realizada em 8 de março de 2018, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no jornal "DCI" e no DOESP, conforme retificada e ratificada pela Reunião da Diretoria da Emissora realizada em 21 de março de 2018, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no jornal "DCI" e no DOESP. **1.2. Termo de Securitização: 1.2.1.** A Emissão é regulada pelo "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 8ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Ápice Securitizadora S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), a ser celebrado entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, CEP 22631-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, com telefone: (21) 3514-0000, *site*: **http://www.oliveiratrust.com.br/portal/** e *e-mail*: **ger1.agente@oliveiratrust.com.br,** na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("**Agente Fiduciário**"). **1.2.2.** Nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme em vigor ("**Instrução CVM 583**"), as informações de que trata o parágrafo 2º do artigo 6º da Instrução CVM 583 podem ser encontradas no Anexo III do Termo de Securitização e no item "*Principais Funções, Critérios e Procedimentos para Contratação e Substituição dos Prestadores de Serviços - Agente Fiduciário*" da seção "*Informações Relativas à Oferta*" do Prospecto Preliminar.

2. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO QUE LASTREIAM A EMISSÃO

2.1. Os CRA serão lastreados em direitos creditórios, principais e acessórios, devidos pela Devedora por força das Debêntures e previstos na Escritura de Emissão, caracterizados como direitos creditórios do agronegócio, nos termos do §1º do artigo 23 da Lei 11.076, e serão vinculados em caráter irrevogável e irretratável aos CRA, por força do Regime Fiduciário constituído nos termos da Cláusula Oitava do Termo de Securitização ("**Direitos Creditórios do Agronegócio**"), sendo que as Debêntures e os Direitos Creditórios do Agronegócio serão posteriormente cedidos e transferidos à Emissora, mediante a celebração do Contrato de Cessão. **2.1.1.** Os Direitos Creditórios do Agronegócio somarão, como lastro dos CRA, nos termos do Termo de Securitização, e terão, substancialmente, as seguintes características: **(i)** a Devedora e o Debenturista Inicial celebrarão a Escritura de Emissão, por meio da qual serão emitidas as Debêntures a serem objeto de pagas pela Emissora, consubstanciando os Direitos Creditórios do Agronegócio; **(ii)** a Debenturista Inicial cederá e transferirá a totalidade das Debêntures e dos Direitos Creditórios do Agronegócio para a Emissora, por meio do Contrato de Cessão; **(iii)** a Emissora realizará a emissão dos CRA, nos termos da Lei 11.076, da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 414, sob regime fiduciário, com lastro nos Direitos Creditórios do Agronegócio, conforme o disposto no Termo de Securitização, os quais serão ofertados publicamente no mercado de capitais brasileiro; **(iv)** a Emissora efetuará o pagamento, em moeda corrente nacional, do valor devido pela Debenturista Inicial como contrapartida à cessão das Debêntures e dos Direitos Creditórios do Agronegócio ("**Valor de Cessão**"); **(v)** nos termos do Contrato de Cessão, os recursos captados por meio da cessão das Debêntures e dos Direitos Creditórios do Agronegócio serão utilizados pela Debenturista Inicial para a integralização das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão; e **(vi)** os recursos líquidos obtidos pela Devedora por meio da integralização das Debêntures serão destinados exclusivamente à compra de produtos agropecuários de produtores rurais e/ou cooperativas rurais indicados na tabela constante do Anexo I da Escritura de Emissão, de tal forma que a Devedora possa cumprir seu objeto social, caracterizando-se os direitos creditórios oriundos das Debêntures como créditos do agronegócio nos termos do §1º do artigo 23, da Lei 11.076. **2.2.** Os Direitos Creditórios do Agronegócio são definidos no Termo de Securitização, será composto **(i)** pelos Direitos Creditórios do Agronegócio; **(ii)** por todos os valores que venham a ser depositados na Conta Centralizadora, conforme definida no Termo de Securitização; e **(iii)** pelos bens e/ou direitos decorrentes dos itens (i) e (ii), acima, conforme aplicável ("**Créditos do Patrimônio Separado**").

3. CARACTERÍSTICAS DOS CRA

Apresentamos a seguir um sumário da Oferta. Este sumário não contém todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de decidir investir nos CRA. Para uma melhor compreensão da Oferta, o potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Aviso ao Mercado e o Prospecto Preliminar, disponível pelos meios indicados neste Aviso ao Mercado, em especial as informações contidas na seção "*Fatores de Risco*" do Prospecto Preliminar, bem como nas demonstrações financeiras da Emissora, da Devedora e da Debenturista Inicial, respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, também incluídos no Prospecto Preliminar, por referência ou como anexo.

Securitizadora ou Emissora	Ápice Securitizadora S.A.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Participantes Especiais	Os Participantes Especiais, na qualidade de instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários para participar da Oferta na qualidade de participante especial, que poderão ser contratadas no âmbito da Oferta pelo Coordenador Líder, sendo que, neste caso, serão celebrados os termos de adesão entre o Coordenador Líder e cada participante especial ("**Participantes Especiais**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "**Instituições Participantes da Oferta**"), nos termos do Contrato de Distribuição.
Devedora	M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
Debenturista Inicial	Ares Serviços Imobiliários Ltda.
Agente Fiduciário e Instituição Custodiante	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22631-002, Rio de Janeiro - RJ **At.:** Antonio Amaro - **Telefone:** (21) 3514-0000 ***E-mail*: ger1.agente@oliveiratrust.com.br** **Site: http://www.oliveiratrust.com.br/portal/**
Banco Liquidante	O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, responsável pela operacionalização do pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Emissora aos Titulares de CRA.
Lastro dos CRA	Direitos creditórios oriundos das Debêntures emitidas nos termos da Escritura de Emissão, os quais serão cedidos e transferidos pela Debenturista Inicial para a Emissora através do Contrato de Cessão a ser celebrado entre a Debenturista Inicial, a Emissora e a Devedora.
Série	8ª (oitava) série da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Ápice Securitizadora S.A.
Local e Data da Emissão dos CRA	Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que a data de emissão dos CRA será 22 de março de 2018 ("**Data de Emissão**").
Valor Total da Emissão	Inicialmente, R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar a Opção de Lote Adicional e a Opção de Lote Suplementar ("**Valor Total da Emissão**"). O Valor Total da Emissão poderá ser aumentado, de comum acordo entre o Coordenador Líder, a Emissora e a Devedora, na forma descrita abaixo. A Emissora, após consulta e concordância prévia do Coordenador Líder e da Devedora, poderá optar por aumentar a quantidade dos CRA originalmente ofertados, em até 20% (vinte por cento), nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("**Opção de Lote Adicional**"). Por sua vez, o Coordenador Líder, após consulta e concordância prévia da Emissora e da Devedora, com o propósito exclusivo de atender excesso de demanda constatado no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 24 da Instrução CVM 400, poderá optar por distribuir um lote suplementar de CRA de até 15% (quinze por cento) à quantidade dos CRA originalmente ofertados ("**Opção de Lote Suplementar**").
Quantidade de CRA	Serão emitidos, inicialmente, 600.000 (seiscentos mil) CRA. A quantidade de CRA poderá ser aumentada em função do exercício, total ou parcial, da Opção de Lote Adicional e da Opção de Lote Suplementar, na forma prevista no item "Valor Total da Emissão" acima. Aplicar-se-ão aos CRA a serem emitidos no âmbito da Opção de Lote Adicional e da Opção de Lote Suplementar as mesmas condições e preço dos CRA inicialmente ofertados.
Valor Nominal Unitário dos CRA	R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").
Forma e Comprovação de Titularidade dos CRA	Os CRA serão emitidos sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Será reconhecido como comprovante de titularidade dos CRA o extrato em nome do titular de CRA emitido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTVM ("**B3**"), enquanto estiverem eletronicamente custodiados na B3. Adicionalmente, caso aplicável, será considerado comprovante, extrato emitido pelo Escriturador com base nas informações prestadas B3.
Prazo	A data de vencimento dos CRA será de 4 (quatro) anos após a Data de Emissão, vencendo-se portanto em 24 de março de 2022 ("**Data de Vencimento**").
Atualização Monetária	Não será devida aos Titulares de CRA qualquer tipo de atualização ou correção monetária do Valor Nominal Unitário.
Remuneração dos CRA	Desde a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização dos CRA ("**Data da Primeira de Integralização**") ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último até a data do seu efetivo pagamento, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRA, incidirá a remuneração correspondente a 99,00% (noventa e nove por cento), da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (**http://www.cetip.com.br**) ("**Taxa DI**" e "**Remuneração**", respectivamente), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis, de acordo com a fórmula constante da Cláusula 5.2 do Termo de Securitização.
Pagamento da Remuneração dos CRA	A Remuneração deverá ser paga semestralmente nos meses de março e setembro de cada ano, nos termos da tabela constante do Anexo I do Termo de Securitização (cada data de pagamento de Remuneração, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**").
Amortização dos CRA	O saldo do Valor Nominal Unitário dos CRA será devido em 5 (cinco) parcelas, nas datas indicadas na tabela constante do Anexo I do Termo de Securitização, observada as hipóteses de Vencimento Antecipado das Debêntures e de Resgate Antecipado dos CRA (conforme abaixo definido) estabelecidas na Cláusula Sexta do Termo de Securitização.
Resgate Antecipado Total das Debêntures	As Debêntures não poderão ser objeto de resgate antecipado total pela Devedora, sem prejuízo das disposições constantes da Cláusula 4.15.2 (Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, conforme abaixo definido), da Cláusula 10.2; **(ii)** e da Cláusula 4.11.8 da Escritura de Emissão. A Devedora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 22 de março de 2020, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada à Emissora, de acordo com os termos e condições previstos na Cláusula 4.15.2 da Escritura de Emissão e no Termo de Securitização **("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures"):** **(i)** a Devedora realizará a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e à Emissora **("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures"**), a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (nos termos da Cláusula 4.15.2(i) da Escritura de Emissão; **(ii)** caso a Emissora receba a Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos na Cláusula 4.15.2(i) da Escritura de Emissão e por consequência a Emissora, os Direitos Creditórios do Agronegócio, a Emissora deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data de recebimento da referida Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, publicar aviso da oferta nos termos previstos no jornal "DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços" **("Comunicado de Resgate Antecipado dos CRA"**) realizando oferta de resgate antecipado dos CRA ("**Oferta de Resgate Antecipado dos CRA"**), bem como informar o Agente Fiduciário, a B3 e o Escriturador; **(iii)** o Comunicado de Resgate Antecipado dos CRA deverá conter **(a)** o valor proposto para o resgate antecipado, que deverá ser administrativamente será equivalente à totalidade do saldo do Valor do Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do resgate antecipado **("Valor da Oferta de Resgate"**); **(b)** no percentual do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido, caso existente; **(c)** a forma e o prazo de resgate antecipado, com cópia para o Agente Fiduciário, da intenção dos Titulares de CRA de aderir a Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, prazo esse que deverá ser de até 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do Comunicado de Resgate Antecipado dos CRA **("Manifestação à Oferta de Resgate"** e **"Prazo de Adesão"**, respectivamente; **(d)** o procedimento para tal manifestação à Oferta e efetiva para o resgate antecipado e o pagamento dos CRA, que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 40 (quarenta) dias contados da data do Comunicado de Resgate Antecipado dos CRA; **(f)** se o efetivo resgate antecipado dos CRA pela Emissora está condicionado à adesão da totalidade ou de um número mínimo dos CRA à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA; e **(g)** demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Titulares de CRA e à operacionalização do resgate antecipado dos CRA no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA; **(iv)** após o encerramento do Prazo de Adesão à Emissora deverá informar, conforme no Dia Útil imediatamente seguinte, por meio de notificação o número de CRA que aderiram à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA e, conforme previsto na Cláusula 4.15.2 da Escritura de Emissão, a Devedora deverá realizar o resgate previsto no referido dispositivo, confirmar ao Agente Fiduciário das Debêntures a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures tenham sido ou não integralmente atendidos: **(a)** a Manifestação à Oferta de Resgate deverá ser acompanhada dos seguintes documentos, conforme aplicável: (a.i) cópia do RG e CPF, se for pessoa física; (a.ii) documento que comprove a titularidade do CRA (extrato de posição de custódia); e (a.iii) contato da corretora; e **(b)** após o recebimento do Valor da Oferta de Resgate na Conta Centralizadora, a Securitizadora realizará o resgate, conforme manifestação dos Titulares de CRA, de forma unilateral no ambiente B3. Os Titulares de CRA que não se manifestarem dentro dos prazos aqui estabelecidos não terão os seus CRA resgatados pela Securitizadora e permanecerão na operação. **(v)** caso a Devedora não confirme a realização do resgate antecipado das Debêntures correspondentes aos CRA que manifestaram a intenção de aderir à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA ou por não terem sido atendidos todos os critérios previstos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, a Securitizadora deverá publicar um novo comunicado, às expensas da Devedora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a confirmação prevista no item (iv) acima, informando sobre a não realização do resgate antecipado proporcional em virtude da não verificação de todos os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; **(vi)** caso a Devedora confirme a realização do resgate antecipado das Debêntures correspondentes aos CRA que manifestaram a intenção de aderir à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA por terem sido atendidos todos os critérios previstos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, a Devedora realizará o resgate antecipado das Debêntures em questão e, por sua vez, a Emissora realizará o resgate antecipado, de forma unilateral no ambiente da B3, dos CRA que houverem aderido à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA dentro do Prazo de Adesão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do resgate antecipado das Debêntures, independentemente de nova anuência ou novo aceite prévio dos Titulares de CRA que aderiram à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, os quais desde já autorizam a Emissora, o Agente Fiduciário e a B3 a realizar os procedimentos necessários à efetivação do resgate antecipado dos CRA, independentemente de qualquer instrução ou autorização prévia; **(vii)** o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures, e consequentemente dos CRA, que forem considerados como tendo aderido à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures corresponderá ao saldo devedor do valor nominal unitário do número de Debêntures que houver aderido à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, acrescido **(a)** da remuneração aplicável sobre as Debêntures que serão objeto de resgate antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento; e **(b)** se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido à Securitizadora no âmbito das Debêntures e, consequentemente, aos Titulares de CRA, a exclusivo critério da Devedora, o qual poderá ser negativo; **(viii)** a Emissora deverá, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data do efetivo resgate, comunicar ao Agente Fiduciário, ao Escriturador e à B3 a realização da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA; e **(ix)** os CRA resgatados antecipadamente na forma aqui prevista, nos termos da Cláusula Sexta do Termo de Securitização, serão obrigatoriamente cancelados pela Emissora. A Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do efetivo resgate antecipado dos CRA que aderiram à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, celebrar aditamento ao Termo de Securitização e, caso necessário, aos demais Documentos da Operação, sem necessidade de obtenção de qualquer aprovação societária adicional da Emissora ou do Agente Fiduciário, ou da realização de Assembleia Geral de Titulares de CRA, exclusivamente para refletir os ajustes que se fizerem necessários em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA.
Resgate Antecipado dos CRA	Nos termos da Cláusula Sexta do Termo de Securitização, haverá o Resgate Antecipado dos CRA na ocorrência **(i)** da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.20 da Escritura de Emissão; **(ii)** de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos das Cláusulas 4.11.8, 4.15.2 e 10.2 (ii) da Escritura de Emissão e demais hipóteses previstas na legislação aplicável; e **(iii)** de pagamento da Multa Indenizatória, nos termos da Cláusula 5.2 do Contrato de Cessão ("**Resgate Antecipado dos CRA**").
Vencimento Antecipado das Debêntures	As Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Devedora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures, ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos da Escritura de Emissão e dos demais documentos relativos à emissão dos CRA dos quais a Devedora seja parte, na ocorrência das hipóteses descritas nas Cláusulas 4.20.2 e 4.20.3 da Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis.
Garantia	Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA e/ou as Debêntures e/ou Direitos Creditórios do Agronegócio, sendo que os Titulares de CRA não obterão qualquer privilégio, bem como não será segregado nenhum ativo em particular em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações decorrentes dos CRA.
Preço de Integralização e Forma de Integralização	Os CRA serão subscritos no mercado primário e integralizados pelo Preço de Integralização. Considera-se "Preço de Integralização" o preço de subscrição e integralização dos CRA no âmbito da Emissão, correspondente ao Valor Nominal Unitário na Data da Primeira Integralização. Caso a integralização dos CRA ocorra em mais de uma data, o preço de subscrição e integralização corresponderá ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata temporis* incidente a partir da primeira Data da Primeira Integralização até a efetiva data de integralização dos CRA, de acordo com o Termo de Securitização. O Preço de Integralização será pago à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição dos CRA, de acordo com os procedimentos da B3, conforme: **(i)** nos termos do respectivo Boletim de Subscrição; e **(ii)** para prover recursos a serem destinados pela Emissora conforme Cláusula 3.10 do Termo de Securitização. Todos os CRA serão subscritos e integralizados na Data da Primeira Integralização, sendo certo que, excepcionalmente, em virtude de aspectos operacionais, os Investidores poderão realizar a integralização dos CRA no Dia Útil imediatamente subsequente, sendo em tal caso devida a Remuneração relativa a esse Dia Útil de atraso, calculada de forma *pro rata temporis*.
Registro para Distribuição e Negociação	Os CRA serão depositados **(i)** para distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a liquidação financeira realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da B3; e **(ii)** para negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento e a custódia eletrônica dos CRA realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da B3.
Forma e Procedimento de Colocação dos CRA	Os CRA serão objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Instrução CVM 400, com intermediação do Coordenador Líder, sob regime de garantia firme de colocação, observados os critérios e o plano de distribuição estabelecidos no "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, sob o Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, da 8ª Série da 1ª Emissão da Ápice Securitizadora S.A.*" celebrado em 22 de março de 2018, entre o Coordenador Líder, a Emissora e a Devedora ("**Contrato de Distribuição**"). Os CRA objeto de eventual exercício, total ou parcial, da Opção de Lote Adicional e/ou da Opção de Lote Suplementar serão distribuídos sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição. A garantia firme de colocação dos CRA está limitada ao montante inicialmente previsto para a Oferta, equivalente a R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), e será prestada pelo Coordenador Líder, observadas as disposições da Instrução CVM 400 e do Contrato de Distribuição. A garantia firme de colocação prevista acima será prestada pelo Coordenador Líder de forma que se somente se satisfeitas todas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição; e **(ii)** se após o Procedimento de *Bookbuilding* existir algum saldo remanescente de CRA que não tenha sido alocado entre Investidores, o Coordenador Líder, com anuência da Emissora e da Devedora, organizará a colocação dos CRA perante os Investidores interessados, podendo levar em conta sua relação com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica. São consideradas "Pessoas Vinculadas" no âmbito da Oferta, qualquer das seguintes pessoas: **(i)** Controladores ou, administradores ou empregados da Emissora, da Devedora ou de outras pessoas vinculadas à Emissão ou à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; **(ii)** Controladores ou administradores de qualquer das Instituições Participantes da Oferta; **(iii)** empregados, operadores e demais prepostos de qualquer das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; **(iv)** agentes autônomos que prestem serviços a qualquer das Instituições Participantes da Oferta; **(v)** demais profissionais que mantenham, com qualquer das Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; **(vi)** pessoas naturais que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle societário das Instituições Participantes da Oferta; **(vii)** sociedades Controladas, direta ou indiretamente por pessoas vinculadas a qualquer das Instituições Participantes da Oferta desde que diretamente envolvidos na Oferta; **(viii)** cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v); e **(ix)** clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) dos CRA inicialmente ofertados (sem considerar os CRA objeto de exercício da Opção de Lote Adicional e da Opção de Lote Suplementar), conforme abaixo descrito, não será permitida a colocação de CRA perante Pessoas Vinculadas, devendo as intenções de investimento realizadas por Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas ser automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. A vedação acima não se aplica ao Formador de Mercado, nos termos da regulação da CVM.
Pedidos de Reserva	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a coleta de intenções de investimentos para os Investidores no âmbito da Oferta, com recebimento de reservas, por meio de recebimento de pedidos de reserva, nos termos dos artigos 44 e 45 da Instrução CVM 400, sem fixação de lotes mínimos ou máximos, e dos procedimentos previstos no Prospecto Preliminar da Oferta ("**Pedidos de Reserva**"). Os Investidores, incluindo, sem limitação, os Investidores que sejam Pessoas Vinculadas, que desejam subscrever CRA no âmbito da Oferta, realizarão solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, sem a fixação de lotes mínimos ou máximos, junto a uma das Instituições Participantes da Oferta, nas condições a seguir expostas: **(i)** cada um dos Investidores interessados efetuará Pedido de Reserva ou apresentará intenção de investimento perante qualquer uma das Instituições Participantes da Oferta, mediante preenchimento do Pedido de Reserva ou Período de Reserva ou a apresentação da intenção de investimento na data da realização do Procedimento de *Bookbuilding*. O Investidor Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no seu Pedido de Reserva ou intenção de investimento, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ou intenção de investimento ser cancelada pela respectiva Instituição Participante da Oferta que o receber. **Recomenda-se aos investidores que entrem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para verificar os procedimentos adotados pela respectiva Instituição Participante da Oferta para efetivação do Pedido de Reserva ou da intenção de investimento, incluindo, sem limitação, eventual necessidade de depósito prévio do investimento pretendido**; **(ii)** caso seja verificado, pelo Coordenador Líder, excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) dos CRA (sem considerar os CRA objeto da Opção de Lote Adicional e os CRA objeto do exercício da Opção de Lote Suplementar), não será permitida a colocação de CRA perante Investidores que sejam Pessoas Vinculadas e os Pedidos de Reserva e as intenções de investimento realizadas por Pessoas Vinculadas serão automaticamente cancelados, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400; **(iii)** caso o total de CRA objeto de intenções de investimento e de Pedidos de Reserva não cancelados em virtude de descontinuidade com os termos e condições da Oferta, bem como nos termos dos itens (i) e (ii) acima, seja igual ou inferior ao montante inicial da Oferta, serão integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva e as intenções de investimento admitidas e não canceladas em virtude de descontinuidade com